

Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 -Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900 CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002 - 13/01/2025

DISCIPLINA O REGIME DE EMPREGO PÚBLICO DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E FUNDACIONAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARCOS, MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições definidas na Lei Orgânica Municipal, propõe a seguinte lei:

- **Art. 1º** O pessoal admitido para emprego público na Administração Municipal direta e fundacional terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata.
- **§ 1º** Leis específicas disporão sobre a criação dos empregos de que trata esta Lei no âmbito da Administração Municipal direta e fundacional.
 - § 2º É vedado submeter ao regime de que trata esta Lei:
- •Os servidores públicos regularmente lotados em cargos públicos até a data de início de vigência desta Lei;
 - •Os cargos públicos de provimento em comissão.
- **Art. 2º** A contratação de pessoal para emprego público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do emprego.
- **Art. 3º** O contrato de trabalho por prazo indeterminado somente será rescindido por ato unilateral da Administração pública nas seguintes hipóteses:
- Prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
 - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;



Estado de Minas Gerais

Rua Getúlio Vargas, 228 -Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900 CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br

•Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição da República de 1988;

Parágrafo único – O contrato de trabalho também poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração em virtude de demissão do empregado público, motivada em fundamento razoável, não sendo exigível que o motivo se enquadre nas hipóteses de justa causa da legislação trabalhista ou que seja apurado em processo administrativo.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 13 de janeiro de 2025

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE Prefeito Municipal



Estado de Minas Gerais
Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br



Estado de Minas Gerais
Rua Getúlio Vargas, 228 - Centro - Cep 35588-000 Fone (37) 3359-7900
CGC: 18.306.662/0001-50 - Email: arcosprefeitura@arcos.mg.gov.br